

Senado conclui a votação da Previdência em 1º turno

Relator da proposta, Tião Viana, anuncia intenção de colocar na chamada emenda paralela artigo prevendo fase de transição entre o atual e o novo sistema de aposentadoria dos servidores públicos

Waldemar Rodrigues



Geraldo Magela



Márcio Kolumbe

DECISÃO Na sessão presidida por Sarney, senadores aprovam duas mudanças no texto da Câmara. Em entrevista, Viana diz que vai propor, na emenda paralela, regra de transição

Páginas 3 e 4



Começa a discussão da reforma tributária

Senadores esperam que mudanças promovam o crescimento econômico, diminuam a carga tributária sobre produtos agrícolas e pessoas físicas e estimulem os programas em benefício do meio ambiente

Página 2

Senado inicia discussão da reforma tributária

Expectativa de que mudanças estimulem crescimento e reduzam impostos marca debates

O Plenário do Senado iniciou ontem as discussões sobre a reforma tributária, que se estenderá por mais quatro sessões, incluindo a de hoje. Os senadores expressaram o desejo de que as novas regras promovam o crescimento econômico, diminuam a carga tributária sobre produtos agrícolas e estimulem programas em benefício do meio ambiente.

Nesse primeiro dia, foram discutidos o parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) à Proposta de Emenda à Consti-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

OPINIÃO Jonas Pinheiro defendeu a desoneração do setor agrícola e Alvaro Dias advertiu que novo modelo precisa gerar crescimento

tuição (PEC) nº 74, já aprovada na Câmara, e as emendas apresentadas. Continua em negociação a fusão da PEC com as propostas de autoria dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Tasso Jereissati

(PSDB-CE), oferecidas na forma de voto em separado.

– Estamos confiantes na construção de uma proposta de consenso a ser implementada em três fases – disse Tourinho. Ele explicou que, para 2004, seriam

aprovados pontos emergenciais como a continuidade da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); para 2005, seria aprovada a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e para 2007, seria aprovada a criação de um imposto sobre valor agregado.

Em sua participação, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) falou sobre as emendas de sua autoria, que visam desonerar os produtos agrícolas, os insumos e as matérias-primas necessárias ao bom desempenho do agronegócio.

A necessidade de retomada do crescimento foi ressaltada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele mostrou preocupação com os resultados da economia este ano e disse que

o novo modelo tributário tem de contribuir para o aumento da produção e do emprego.

Para o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), medidas de estímulo ao desenvolvimento regional são fundamentais para o sucesso da nova legislação tributária. O mecanismo que substituiria a atual “guerra fiscal” foi mencionado pelo senador como peça-chave do futuro quadro de tributos.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para um tema normalmente não associado à reforma tributária: o meio ambiente. Citando artigo da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, Suplicy lembrou a importância da desoneração das atividades econômicas que não produzem danos ecológicos.

Plenário rejeita mudanças em benefícios

O Senado aprovou uma mudança efetuada pela Câmara ao Projeto de Lei nº 11/97, que trata dos acordos judiciais que concedem seguro-desemprego e movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e rejeitou outras duas. O relator foi o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A mudança aprovada foi de redação, na ementa do projeto. A primeira emenda rejeitada permitia o saque do FGTS no caso do empregador concordar com pagamento da multa de 40% do valor dos depósitos, em favor do empregado. A outra rejeição visa manter a coerência do texto, já que se referia ao parágrafo retirado.

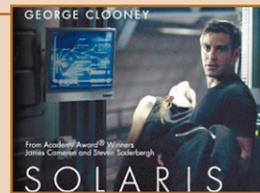
Agenda

Sessão deliberativa tem início às 9h

Na pauta de hoje do Plenário, com início dos trabalhos previsto para as 9h, está a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que trata da reforma tributária (PEC nº 74/03). Às 11h30, o presidente do Senado, José Sarney, recebe o presidente da Alemanha, Johannes Rau.

Cultura ao Meio-Dia exhibe o filme *Solaris*

O projeto Cultura ao Meio-Dia exhibe hoje, às 12h, o filme *Solaris*, produção americana que conta a história de um astronauta enviado para investigar estranhos acontecimentos em uma estação espacial que orbita o planeta Solaris. A sessão, no Auditório Petrônio Portella do Senado, é aberta ao público e tem entrada franca.



Não violência contra a mulher

Termina hoje a exposição em homenagem ao Dia da Não Violência Contra a Mulher, realizada na Senado Galeria, que fica no Anexo I do Senado. A mostra é uma iniciativa das bancadas femininas e organizações que tratam dos direitos das mulheres.

Debates na TV Senado

O programa *Cidadania* discute hoje, às 19h30, a democracia nos meios de comunicação. Às 20h30, no programa *Entrevista*, o coordenador do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, Augustino Pedro Veit, debate a redução da maioria penal.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Aprovado crédito para o Piauí

Aprovado em regime de urgência pelo Plenário, o Projeto de Resolução nº 67/03, de autoria dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC), autoriza o governo do Piauí a utilizar créditos adquiridos na época da federalização do Banco do Estado do Piauí para amortizar suas dívidas com a União.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Efraim Moraes (PFL-PB), disse que a operação não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e nem implica novo endividamento.

Confederação Andina

Também em regime de urgência, o Plenário aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 860/03, que ratifica o texto do Convênio de Subscrição de Ações da Confederação Andina de Fomento (CAF). Com parecer favorável do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), o projeto permite ao Brasil aumentar o capital empregado na CAF, com a compra de ações no valor total de US\$ 49,9 milhões.

Crivella também apresentou parecer favorável a outra matéria aprovada em regime de urgência pelo Plenário, o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC nº 92/03) que cria cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PREVIDÊNCIA

Das oito emendas analisadas ontem pelo Plenário, apenas duas foram aceitas, uma contra a vontade do governo. Para ser promulgada, reforma necessita de aprovação em segundo turno

Senado conclui votação. Governo perde uma

O Senado concluiu ontem o primeiro turno de votação da reforma da Previdência. Foram apreciados oito requerimentos que propunham emendas ao texto aprovado quarta-feira no Plenário. Desses, apenas dois foram aprovados, ambos de parlamentares do PFL. As emendas aprovadas não precisam passar novamente pela Câmara dos Deputados, pois se trata apenas de supressões ao texto que veio desta Casa. Para ser promulgada, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 67, relativa à reforma, ainda tem que ser votada em 2º turno pelo Senado.

A primeira das emendas confirmadas pelo Plenário, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), estende aos policiais militares, civis e federais as regras e benefícios para aposentadorias atualmente aplicadas aos servidores das Forças Armadas. A emenda foi aprovada por unanimidade.

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, observou que a sugestão do senador baiano foi a única a conseguir acordo de todos os partidos da Casa. Também o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) parabenizou a iniciativa de Antonio Carlos, lamentando que o governo não tenha demonstrado a mesma aceitação às demais emendas apresentadas ao texto da reforma previdenciária. Para ele, a emenda faz justiça aos policiais militares.

Derrota

Outra emenda aprovada abre caminho para a participação de empresas privadas de seguros no atendimento aos acidentes de trabalho, caso o governo federal decida enviar projeto de

lei nesse sentido. De autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a emenda teve apoio do PSDB, PFL e PMDB, o que acabou permitindo a aprovação contra a decisão do governo, que quer reestatizar o setor de seguros de acidentes. Foi a primeira derrota do governo na votação da reforma previdenciária no Senado.

Ao encaminhar a matéria, Bornhausen disse que a possibilidade de abertura do setor para a iniciativa privada sinalizaria ao exterior que o governo brasileiro tem interesse em atrair investimentos.

Para o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a aprovação da emenda foi inócua, já que depende de proposta do Executivo. "O governo jamais encaminhará ao Congresso lei dessa natureza", disse Mercadante.

Rejeitados

Entre as emendas rejeitadas estavam a de Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que eliminava o redutor de 30% para as pensões acima de R\$ 2.400, e a de José Jorge (PFL-PE) isentando os aposentados com mais de 70 anos de idade da contribuição previdenciária de 11%.

Outra proposta, de autoria do líder do PL, Magno Malta (ES), isentava os maiores de 60 anos da contribuição previdenciária. Apesar dos apelos de Malta e do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que receberam apoio do PFL, o vice-líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), e o líder do PDT, Jefferson Péres (PDT-AM), votaram contra a proposta.

Alvaro Dias afirmou que essa isenção deveria ter sido analisada na quarta-feira, quando foi votado o texto básico da re-



José Cruz

ACORDO Uma emenda foi acolhida por unanimidade na sessão presidida por Sarney (foto ao lado)

forma da Previdência.

Também foram rejeitados, em votação simbólica, dois requerimentos de Heloísa Helena (PT-AL). O primeiro pedia a votação em separado da emenda que isentava, da contribuição dos inativos, os aposentados e pensionistas que recebem até R\$ 4,8 mil.

O outro tratava das regras de transição para aposentadoria de servidores atualmente na ativa. A emenda pretendia assegurar para os servidores que recebem até R\$ 2.400 a manutenção das regras de transição aprovadas na mudança realizada durante o governo Fernando Henrique, em 1998. Outro requerimento que tratava de regras de transição, de autoria de Demostenes Torres (PFL-



Waldemir Rodrigues

GO), também foi rejeitado.

Prejudicado

O presidente do Senado, José Sarney, declarou prejudicado, com apoio do Plenário, o destaque para votação em separado, proposto pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que transferia aos municípios e estados a responsabilidade sobre a definição de seus sistemas previdenciários. A de-

cisão foi tomada sob o argumento de que a matéria já está contemplada na PEC paralela.

A explicação foi apresentada pelo líder do PT, senador Tião Viana (AC). Ele argumentou que o tema seria tratado na emenda paralela. Valadares afirmou não considerar justo que os municípios e estados não tenham a possibilidade de definir suas regras.

Waldemir Rodrigues



PROPOSTA Pedro Simon espera que a PEC paralela seja votada até 15 de dezembro

Simon sugere cronograma para exame da paralela

Durante a apreciação dos requerimentos de destaque para votação em separado das emendas, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou em Plenário um calendário para tramitação da PEC nº 77/03, a chamada PEC paralela, que altera a reforma da Previdência. A proposta de Simon foi encaminhada ao presidente do Senado, José Sarney. Pelo

cronograma apresentado, a PEC paralela poderia ser votada até 15 de dezembro, desde que os líderes concordem com a redução de prazos regimentais.

O senador Efraim Morais (PFL-PB) desafiou as lideranças do governo a assinar a proposta de Simon. Para Efraim, líder da Minoria, se os líderes do governo não subscreves-

sem o cronograma, "é porque não existe nenhuma proposta paralela".

Aceitando o desafio de Efraim, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), assinou a proposição de Simon. Ele reafirmou o compromisso do governo de aprovar o mais rapidamente possível a PEC paralela, mesmo que não haja necessidade de convocação ex-

traordinária do Congresso.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), admitiu a "quebra de interstícios", mas enfatizou a necessidade de uma reunião de líderes para definir a questão. Antes disso, ele já havia anunciado que a bancada de seu partido discutirá se vai legitimar ou não a tramitação da PEC paralela, "para a qual torcemos o nariz".

PREVIDÊNCIA Idéia de Tião Viana é aproveitar proposta de Paulo Paim que beneficia servidores que começaram a trabalhar mais cedo. Pela reforma, muitos deles só se aposentariam depois de 45 anos de serviço

Nova emenda paralela deve prever transição

O relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), informou que pretende colocar numa segunda emenda paralela artigo prevenindo uma fase de transição entre o atual e o novo sistema de aposentadorias dos servidores. O objetivo é beneficiar os que começaram a trabalhar muito cedo e com a reforma terão de permanecer na ativa até os 55 anos (mulher) e 60 anos (homem). Funcionários que entram no mercado de trabalho com 15 anos, por exemplo, terão de trabalhar 45 anos para pleitear aposentadoria – dez anos a mais que o tempo exigido pela reforma.

– A idéia é aproveitar uma emenda apresentada pelo senador Paulo Paim, que é a mais justa que encontramos e de fácil aplicação – disse Viana.

A emenda de Paim, rejeitada no texto principal da reforma, estabelece que o trabalhador que completar o tempo de serviço terá a redução de um ano na idade mínima para cada ano trabalhado após completar o tempo de serviço. Assim, homem que completar 35 anos de serviço, mas tiver 54 anos de idade, trabalhará mais três anos, e não os seis previstos na reforma.

Injustiça

Paim sustenta, na defesa da sua emenda, ser “extremamente injusto” exigir a mesma idade mínima para aposentadoria



SOLUÇÃO Dispositivo será incluído pelo relator Tião Viana numa segunda proposta paralela, que tramitará junto com a primeira

no serviço público de trabalhadores em condições distintas. Para ele, os pobres começam a trabalhar muito cedo, inclusive para ajudar no sustento da família. Já os da classe média iniciam no trabalho geralmente após os estudos.

– Se não for adotada uma transição, os dois se aposentarão aos 60 anos, mas o pobre terá trabalhado até dez anos a mais – observa Paim.

Tião Viana pretende apresentar o texto da nova emenda pa-

ralela nas próximas horas, aproveitando idéias contidas em 112 emendas da reforma. Já se encontra em tramitação uma primeira paralela, mas regimentalmente esta não pode receber as emendas feitas à reforma da Previdência.

O governo não aceitou as emendas na própria reforma porque isso implicaria mudança de texto, exigindo seu retorno à Câmara dos Deputados. As duas emendas serão anexadas em sua tramitação.

Líderes vão discutir o subteto segunda-feira

Os líderes partidários devem se reunir na segunda-feira para discutir como ficará o subteto salarial dos servidores dos executivos estaduais. A reforma da Previdência estabelece que esse subteto será o salário do governador, mas o PMDB quer colocar na nova emenda paralela a autorização para que, se quiserem, os governadores enviem projetos de lei às assembleias aumentando seus vencimentos.

Com isso, poderá ser evitada uma possível redução de salários de servidores mais graduados nos estados onde são mais baixos os salários dos governadores, como no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A reforma determina que o

subteto do Judiciário estadual será o salário do desembargador, e no Legislativo o do deputado estadual. Nos municípios, o subteto, ainda de acordo com a reforma, será o vencimento do prefeito.

O PFL, no entanto, vem defendendo o estabelecimento de apenas um subteto nos estados, que seria o salário do desembargador – este, por sua vez, é limitado na reforma a 90,25% do vencimento de ministro do Supremo Tribunal Federal. O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, não aceita subteto único, porque isso elevaria os gastos estaduais com o funcionalismo.

O PMDB quer garantia do governo de que o texto sobre sub-

teto a ser negociado não receberá mudanças em sua tramitação na Câmara. Cobra ainda compromisso de prazo para votação da emenda paralela, a qual contém outros pontos, inclusive a concessão de paridade salarial para os atuais servidores quando eles se aposentarem. O governo já aceitou a paridade ativo-inativo, desde que o servidor trabalhe no mínimo 25 anos no serviço público, sendo 15 anos no último órgão público.

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), disse ontem que o Senado tem de aprovar a emenda paralela ainda neste ano ou, se preciso, durante uma possível convocação, em janeiro.

Crivella diz que PL sempre foi contra taxaço dos inativos

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) refutou acusações de que seu partido teria agido de forma dissimulada ao votar contra a taxaço dos inativos. Segundo ele, “desde a primeira hora” o PL foi contra essa contribuição, mantendo sua coerência até o fim.

O parlamentar lembrou que o partido apresentou emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tentando acabar com a taxaço. Derrotado na comissão, o PL agiu da mesma forma em Plenário, por meio de emendas e pronunciamentos contrários à medida.

Em aparte, o líder do bloco de apoio ao governo, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou que Crivella, em toda a negociação em torno da reforma da Previdência, sempre considerou inegociável a disposição do PL de votar contra a aprovação da



COERÊNCIA Partido Liberal manteve a mesma posição até o fim, sustenta Marcelo Crivella

cobrança de inativos e pensionistas.

O representante fluminense afirmou que, diante de um aparte “tão sincero e honesto”, tinha certeza de que a opinião pública se solidarizava com ele.

Testemunho

O senador Magno Malta (PL-ES) defendeu ontem Marcelo Crivella, por, segundo disse, ter sido “maltratado por um senador” na sessão anterior, quando se debatiam e se votavam diversos destaques de emendas à reforma da Previdência.

Malta destacou a obra social desenvolvida por Crivella, seu “caráter misericordioso”, e lembrou que na sessão anterior o PL lutava por um destaque em favor dos inativos.



CONSTATAÇÃO Para Heráclito, “sonhos dos trabalhadores foram por água abaixo”

Heráclito lembra Diretas-já e “derrota” dos funcionários

Ao lembrar que ontem se completaram 20 anos do primeiro comício realizado no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, que reuniu cerca de 30 mil pessoas para pedir eleições

diretas para presidente da República, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou que o aniversário transcorreu em um dia que os brasileiros não têm o que comemorar. Ao contrário, frisou, foi em um mesmo 27 de novembro, só que 20 anos depois, que o Senado sacramentou a aprovação da reforma da Previdência.

– Todos os nossos sonhos, os sonhos dos trabalhadores brasileiros, toda a esperança do povo depositada no Partido dos Trabalhadores foram por água abaixo com a derrota do servidor público – afirmou Heráclito Fortes.

A morte do ex-senador Teotônio Vilela ocorrida no mesmo dia do comício também foi lembrada por Heráclito. A trajetória do alagoano Teotônio foi comparada com a luta da também alagoana senadora Heloísa Helena (PT-AL), que, mesmo recebendo ameaças de expulsão do partido, votou contra a reforma.

Jane de Araújo



PROTOCOLO Almirante Roberto de Carvalho e Sarney aproximam instituições na capacitação de pessoal

Marinha e Senado iniciam cooperação

O presidente do Senado, José Sarney, e o ministro interino da Defesa e Comandante da Marinha do Brasil, almirante-de-esquadra Roberto Guimarães de Carvalho, assinaram na quarta-feira protocolo de intenções em que o Senado – por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) – e a Marinha se comprometem a cooperar na capacitação de pessoal e na troca de informações sobre atividades de mútuo interesse.

Sarney ressaltou a importância do estreitamento do intercâmbio para as duas instituições e lembrou que, quando o Senado decidiu criar uma estrutura com os objetivos de

promover a reciclagem dos servidores e melhorar o seu desempenho, passou a fazer o que as Forças Armadas, e a Marinha em particular, já têm feito de forma permanente.

O almirante afirmou sua satisfação em constatar que a união manifestada pela Marinha e pelo Senado demonstra que, ao contrário do que muitos dizem, não existe uma “sociedade civil” – pois isso implicaria em haver uma “sociedade militar” e caracterizaria uma divisão – e sim apenas uma sociedade brasileira, unida em torno de seus propósitos comuns.

Segundo o diretor do ILB,

Florian Madruga, oficiais da Marinha participarão de cursos sobre processo legislativo, Orçamento, controle da constitucionalidade e história parlamentar, entre outros. Já os consultores legislativos do Senado terão acesso a informações sobre a Marinha que lhes permitirão preparar melhor seus pareceres sobre assuntos militares em tramitação na Casa.

O 1º secretário do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), participou da solenidade, à qual estavam presentes também o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg.

José Cruz



“Sem tabaco, 100% na moda”

Uma campanha contra o fumo, patrocinada pelo gabinete do senador Alberto Silva (PMDB-PI), promoveu ontem, Dia Nacional do Combate ao Câncer, a troca de maços de cigarros por 400 camisetas com o

slogan “Sem tabaco, 100% na moda”. Segundo o médico onco-hematologista Alexandre Nonino, o câncer causado pelo tabagismo é a maior causa de mortes tratáveis do mundo, e o fumo passivo é a terceira.

Nonino informou que no Brasil ocorrem 200 mil mortes relacionadas ao tabaco por ano – no mundo, são 3 milhões. Os cigarros arrecadados na campanha serão destruídos, de acordo com o médico.

Tourinho quer o Senado mais ativo na política externa

■ Ele também pede ao governo federal que leve mais em conta as preocupações dos empresários brasileiros

Secretário-geral da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu uma maior participação do Senado no acompanhamento da política externa brasileira. Ele também pediu ontem ao governo federal que leve mais em conta as preocupações do empresário nacional, sobretudo o agrícola.

Tourinho assinalou o recuo da posição americana nas negociações para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), na reunião de Miami (EUA) este mês. Mas enfatizou que ela se deu mais em decorrência de fatos políticos internos daquele país.

O senador parabenizou a diplomacia brasileira pelo acor-



CUMPRIMENTOS Tourinho parabeniza diplomacia pelo avanço nas negociações da Alca

do alcançado, que estabelece “um entendimento mínimo possível”.

O senador elogiou o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que prevê maior participação do Senado no processo de negociação de acordos internacionais (PLS nº 189/03). Em aparte, Suplicy cumprimentou Tourinho “pela seriedade com que tem acompanhado de perto as negociações do governo brasileiro”.

Motta louva esforço para recuperar água no ES

Ao manifestar sua preocupação com a seca que assola as regiões norte e noroeste de seu estado, o Espírito Santo, o senador João Batista Motta (PMDB) manifestou ontem pleno apoio aos técnicos capixabas que elaboraram um plano de ações estruturantes para superar a situação de escassez de recursos hídricos no estado.

João Batista Motta considerou importante a inclusão dessa região na abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mas ressaltou ser indispensável um esforço conjunto dos governos federal, estadual e municipais no enfrentamento do problema.

O senador defendeu, em especial, a necessidade de inclusão do Espírito Santo como beneficiário dos fundos nacionais de desenvolvimento que venham a ser criados com a reforma tributária.



PROJETO João Batista Motta destaca plano elaborado por técnicos capixabas

Como exemplo da degradação dos recursos hídricos do Espírito Santo, Motta disse que 23 municípios já decretaram estado de calamidade pública em decorrência da falta de água. O prejuízo para o norte do estado, principalmente na área onde se produz mais café, é da ordem de R\$ 380 milhões, destacou o senador.

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Estatuto do Desarmamento pode ser votado na quarta-feira

Demostenes Torres pede vista do projeto afirmando que Câmara modificou ponto em que havia acordo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) atendeu pedido de vista coletiva e adiou para a próxima quarta-feira a votação do Estatuto do Desarmamento. Ao pedir vista, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que o relator na Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), modificou um ponto em que já havia acordo inclusive com o Senado.

– Tinha sido decidido que as cidades com menos de 50 mil habitantes não poderiam manter guardas municipais armadas, nem mesmo em serviço. Pois o projeto voltou da Câmara sem qualquer menção ao tema, o que libera o armamento para todas as cidades brasileiras, inclusive as que têm menos de 50 mil habitantes, o que é absurdo, porque os prefeitos poderão usar os guardas contra seus inimigos ou de outras formas impróprias – expli-



EXAME Senadores da CCJ pediram vista coletiva para analisar melhor três projetos

cou Demostenes Torres.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), destacou que a tramitação do Estatuto do Desarmamento, relatado pelo senador César Borges (PFL-BA), tem transcorrido em tempo recorde.

– Quem diz o contrário comete uma enorme injustiça com o Congresso Nacional – disse.

Já o Projeto de Lei nº 92/03, que cria cargos efetivos e em comissão para o Superior Tribunal de Justiça, foi enviado diretamente ao Plenário, pois tra-

mitava em regime de urgência, tendo sido aprovado ontem mesmo pelos senadores.

Doação

Houve também pedido de vista a dois projetos de lei: o PLC nº 82/03, que muda o Código Civil e transforma entidades religiosas, igrejas e partidos políticos em entidades de direito civil, e o PLS nº 234/03, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que complementa o processo de doação de uma área em Manaus ao grupo de moradores que já a ocupa efetiva-

mente. A doação foi feita em 1958, quando o terreno já era ocupado pelos atuais moradores. Era herança jacente (sem herdeiros legais) e, portanto, o terreno foi incorporado ao Patrimônio da União. Como estava ocupado por famílias de classe média baixa, a lei de 1958 fez a doação, mas com a condição de que a União construísse um hospital na área.

O projeto de Jefferson Péres desobriga a União de construir o hospital e completa o processo de doação.

Malta defende redução da maioria

O senador Magno Malta (PL-ES) defendeu ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que apresentou reduzindo a maioria penal em casos de crimes hediondos (PEC nº 90/03). De acordo com a proposta, menores de 18 anos

Malta: não sei se Lula está sonhando com o país de Alice

perdem a menoridade e ficam sujeitos às penalidades previstas em lei para adultos. Ele também propõe a realização de plebiscito, nas próximas eleições municipais, para que a população se manifeste sobre esse tema.

Magno Malta criticou a posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se manifestou contrário à redução da maioria para 16 anos.

– Não sei se o presidente Lula está sonhando com o país de Alice, mas eu não estou. Estou falando de crimes hediondos. Sei que é uma matéria polêmica, mas temos que discutir a questão – advertiu o senador.



Malta: não sei se Lula está sonhando com o país de Alice

CPI dos Transgênicos vai atuar até final de 2004

Foram prorrogadas até o dia 15 de dezembro de 2004 as atividades da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar o contrabando e o plantio de soja transgênica. A decisão foi tomada ontem, durante reunião administrativa do colegiado, em que também foi decidido, por sugestão do presidente da CPI, senador João Capiberibe (PSB-AP), que as convocações para audiências públicas serão definidas após o recebimento de informações solicitadas ao Ministério Público, ao Ibama e à Receita Federal. “Precisamos dessas informações para, em fevereiro, retomarmos as atividades da comissão”, disse João Capiberibe.

O requerimento apresentado por Capiberibe solicita ao Ministério Público cópia das in-

vestigações, realizadas em todo o território nacional, relativas ao contrabando de sementes transgênicas de soja e de todas as representações feitas pelo Ministério Público, pelo Poder Executivo e pelo Judiciário nesse sentido.

O senador também quer informações sobre o tema apuradas pelo Ibama e saber da Receita Federal se há dados sobre investigações relativas à entrada irregular de sementes de soja no território nacional.

O relator da CPI, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que o foco dos trabalhos da comissão é apurar os ilícitos praticados no plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul. Quintanilha acredita que três ilícitos foram praticados: ingresso ilegal de produtos transgênicos, plantio de produ-



CONVOCAÇÕES Por sugestão de Capiberibe (D), CPI aguardará informações para definir depoentes

to proibido e violação dos direitos de propriedade intelectual. Capiberibe lembrou que um dos principais objetivos da comissão é verificar as condições de segurança da fronteira sul do país.

O senador Sibá Machado (PT-AC) sugeriu que sejam convidados a participar da CPI, entre outras pessoas, o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB); o jornalista do

Zero Hora, Carlos Vagner, e um representante da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudas do Rio Grande do Sul (Apassul).

Foi discutido também requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) convocando o ex-secretário de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul Cláudio Langoni e os presidentes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasi-

leira para o Progresso da Ciência (SBPC) a comparecerem a audiências públicas.

Jonas Pinheiro (PFL-MT), vice-presidente, pediu a convocação de representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), que representa 150 mil pequenos produtores que hoje plantam transgênicos no estado. A definição dos convidados ocorrerá em 2004.

Geraldina Magela



DESPESAS Arthur Virgílio afirma que custo operacional do projeto é muito alto

Virgílio aponta distorções no Fome Zero

Com base em informação do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que, a cada R\$ 1 repassado para um beneficiário do programa Fome Zero, "o ralo leva R\$ 1,77". Isso significa, disse, que quase o dobro do benefício é perdido em custos administrativos.

Na sua avaliação, o programa, cheio de erros, omissões, improvisação e "muita trapalhada", até agora não está beneficiando a popu-

lação pobre do país, mas sim "levando dinheiro para o ralo às pamparras". De acordo com o estudo do Siafi, dos R\$ 198 milhões despendidos até agora com o Fome Zero, foram gastos R\$ 98 milhões com custos operacionais, como o pagamento de diárias e passagens, material para distribuição gratuita e contratação de pessoas físicas e jurídicas.

Tensão no campo

Virgílio alertou o governo para a "forma equivocada" com que

conduz a reforma agrária, "fechando os olhos às agressões e à violência contra a ordem constituída". Ele disse que a tensão no campo prejudica os investimentos e o agronegócio, e que as invasões de terras rurais, a ocupação de prédios públicos e os saques de cargas geram insegurança.

Na sua opinião, para que o governo possa atrair capitais externos, é preciso que a paz volte a prevalecer no campo, nas rodovias e nas cidades.



Jane de Araújo

SOLUÇÃO Para Mozarildo, novas unidades federativas reduzirão as desigualdades regionais

Mozarildo quer criação de mais estados

Considerando como bem-sucedida a experiência de criação dos estados de Roraima, Amapá, Rondônia, Acre, Mato Grosso do Sul e Tocantins, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu que sejam criadas novas unidades na Federação brasileira, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

– Quero insistir na necessidade e urgência da criação do estado de Tapajós, no oeste do Pará; dos territórios do Rio Negro, Solimões e Juruá, no oeste do Amazonas; e do estado do Araguaia, no norte de Mato Grosso – pediu o parlamentar.

Mozarildo se disse convencido de que a iniciativa contribuirá para o desenvolvimento sustentado das regiões mais pobres do país e para um maior equilíbrio na distribuição dos recursos públicos, reduzindo o predomínio do Sul e do Sudeste na concentração das riquezas nacionais.

– Ou a União, diretamente e por meio das entidades que controla, assume a decisão política de aumentar os investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou veremos um Brasil cada vez mais desigual, cada vez mais dividido entre ricos e pobres, cada vez mais injusto.

Distorções

Para Mozarildo, o mapa do Brasil é um retrato das desigualdades regionais. Só o estado do Amazonas, com um 1,6 milhão de quilômetros quadrados, tem área maior que a dos sete estados do Sul e do Sudeste juntos, observou. Assinalou que Amazonas, Pará e Mato Grosso somam quase a metade do país.

Na opinião do senador, esses estados gigantes são ingovernáveis, além de constituírem verdadeiros latifúndios. Por isso, argumenta ser necessária a criação de novas unidades federativas.

Para Eduardo, só crescimento de 4% pode absorver mão-de-obra

■ Senador compara Brasil com a China, cuja economia se expandiu com abertura de novos mercados globais

Ao manifestar-se preocupado com a situação dos 400 mil jovens que, anualmente, passam a disputar uma vaga no mercado de trabalho, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou, ontem, que a absorção desse contingente de mão-de-obra só será possível com um crescimento da economia em 4% ou mais ao ano. Ele disse que o dilema a ser superado pelo Brasil "está na contenção do consumo entre a população mais pobre, re-freado diante do risco de eleva-

Roosevelt Pinheiro



ESTÍMULO Eduardo sugere ajuda do BNDES a alunos de faculdades particulares

ção dos índices inflacionários".

O parlamentar destacou que a *performance* exibida pela economia dos Estados Unidos se deve à adoção de uma política

de juros baixos, flexibilização dos financiamentos habitacionais e incentivo ao consumo. Ele destacou ainda o crescimento da China, resultante, a seu ver, do incremento na produção e da abertura a novos mercados como elementos de alavancagem da sua economia.

Eduardo disse que enquanto o percentual do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para 2004 é estimado em menos de 1%, o da China deve encerrar este ano com aumento superior a 8%.

BNDES

Lembrando o anúncio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de que dispõe de R\$ 34 bilhões para investir no país, o senador pediu que esses re-

ursos fiquem realmente no Brasil e financiem não só obras na área de infra-estrutura, mas também os estudantes matriculados em faculdades particulares.

Em apartes, os senadores Efraim Morais (PFL-PB), Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) se associaram à preocupação do senador tocaninense. Efraim chegou a propor uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a aplicação de recursos do BNDES. Malta salientou a necessidade de o banco priorizar investimentos internos, enquanto Azeredo defendeu projeto de lei de sua autoria que prevê o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidades escolares.

Jucá propõe o fortalecimento do Inpi para combater sonegação de tributo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu o fortalecimento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e a adoção de uma política de produção de tecnologia, para combater a sonegação de imposto de renda via remessa de lucros para o exterior por multinacionais, "disfarçada" como despesa de tecnologia.

– Hoje, podemos ver com clareza que a abertura do mercado às empresas estrangeiras não foi cercada de todos os cuidados necessários. Os poderes do Inpi foram drasticamente reduzidos pela lei de propriedade industrial de 1996.

O senador explicou que, até 1990, o Inpi tinha completo controle dos gastos com transferência de tecnologia, mas uma negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1996, resultou no Trips, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual, que criou barreiras para proteger ainda mais os países que já tinham tecnologia. Além disso, o acordo exigiu que países-membros modificassem suas legislações internas para dar maior proteção aos donos das patentes.

– O país está desprovido de uma política de produção de

tecnologia. Essa é, indiscutivelmente, uma das explicações para o fato de o Brasil estar pagando, anualmente, US\$ 3 bilhões na conta de tecnologia, em vez dos US\$ 300 milhões que pagava antes de o Trips entrar em vigência. Uma pesquisa detalhada mostraria que a metade desses US\$ 3 bilhões não é despesa com tecnologia, mas uma forma disfarçada de remeter lucros para o exterior, sonegando o pagamento de imposto de renda.

Jucá lembrou que, antes do Trips, 50 países não concediam patentes para produtos farmacêuticos e alimentos, entre eles



Célio Azeredo

ERRO Romero Jucá denuncia perda de imposto de renda na remessa de lucros ao exterior

o Brasil. E acrescentou que estatais como a Petrobras não podiam comprar equipamentos diretamente no estrangeiro. Era preciso uma empresa estrangeira firmar parceria com uma nacional e transferir tecnologia para que o equipamento fosse produzido no país.



ALERTA Ação de madeireiros tem levado a uma situação sem controle, denuncia Ana Júlia

Ana Júlia pede criação de reserva no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou ontem que recebeu a visita de moradores do município de Porto de Moz, no Pará, que pediram a criação imediata da reserva florestal Verde para Sempre, medida reivindicada há três anos. Ela endossou o pedido ao governo federal e denunciou que a situação na região está se tornando incontornável, já que madeireiros estariam expulsando os ribeirinhos do local.

Os moradores de Porto de Moz relataram à senadora que os madeireiros estariam usando até pessoas armadas para impedir que antigos habitantes da região continuem a trabalhar na terra. Até máquinas e tratores estariam sendo utilizados para expulsar os trabalhadores.

Ana Júlia comunicou a desocupação de área do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de Altamira (PA), do prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e de trecho da Transamazônica, que haviam sido ocupados por madeireiros.

As invasões, segundo Ana Júlia, se devem à insatisfação com a fiscalização que o Ibama está promovendo em Porto de Moz.

– O que eles querem fazer? Transformar o Pará em uma terra sem lei? – indaga a senadora.

César Borges quer antecipar recursos aos municípios

Senador propõe que parte da verba do Fundo de Participação dos Municípios de 2004 seja repassada este ano

A falta de sensibilidade do governo federal para o pleito formulado por um grupo de 700 prefeitos de todo o país, que pediu a antecipação para este ano de parte dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 2004, foi lamentada pelo senador César Borges (PFL-BA). Em pronunciamento ontem, o parlamentar disse que a maioria dos 5.561 municípios brasileiros não tem recursos para pagar o 13º salário de seus servidores.

O senador atribuiu a falta de recursos das prefeituras à crise econômica. A arrecadação dos dois principais tributos federais que compõem o FPM diminuiu nos nove primeiros meses



QUEBRA Crise econômica gerou redução na arrecadação das prefeituras, afirma César Borges

deste ano. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) caiu 16%, já descontada a inflação, enquanto o Imposto de Renda (IR) perdeu 8% de suas receitas.

César Borges observou que, embora o governo preveja um tímido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro

para este ano, a consultoria Global Invest estima que o PIB terá decrescido 0,2% no período.

– Foi um ano perdido para o país, sem crescimento econômico – afirmou.

O representante baiano lamentou que os prefeitos tenham sido desrespeitados pelo subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil, Vicente Trevas, que disse aos chefes dos executivos municipais que a antecipação do FPM seria “um Proer dos municípios”. Proer foi a linha de financiamento do governo federal aos bancos privados, sob o argumento de evitar uma quebra generalizada no sistema financeiro. De acordo com César Borges, a antecipação do FPM já foi feita no passado.

Para o parlamentar, a recusa do governo federal “talvez seja porque o Partido dos Trabalhadores tenha pouco mais de 200 prefeitos nas mais de 5 mil prefeituras brasileiras”.

João Ribeiro elogia prefeituras do Tocantins

Os prefeitos do Tocantins, em sua quase totalidade, vão pagar o 13º salário de seus funcionários em dia, apesar da dramática situação econômica do país, disse o senador João Ribeiro (PFL-TO). Segundo ele, o segredo desse êxito está na honestidade e na boa administração dos prefeitos que “fazem o dinheiro esticar”.

João Ribeiro afirmou que o estado do Tocantins tem demonstrado o acerto da decisão da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 de dividir o estado de Goiás em dois. Ele louvou a gestão do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, que construiu a nova capital, Palmas, e do atual governador, Marcelo



LISURA Para João Ribeiro, gestão municipal no estado é exemplo de honestidade

Miranda, que vem dando continuidade aos projetos de desenvolvimento econômico e social.

O senador apontou ainda como um dos fatores que tem contribuído para a boa situa-

ção do estado o fato de o governador contar com o apoio majoritário dos deputados da Assembléia Legislativa e da bancada federal de oito deputados federais e três senadores.

– É a união das forças políticas com a população que vem criando as condições de desenvolvimento econômico, bom atendimento de saúde, educação e moradia – avaliou.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ressaltou a importância da redivisão territorial do país, chave do progresso do estado.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também aplaudiu a gestão competente do Tocantins e a unidade de atuação de sua bancada federal.



INVESTIGAÇÃO Biodiversidade no Tocantins será estudada, anuncia Quintanilha

Quintanilha divulga evento científico

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) anunciou ontem em Plenário a realização de *workshop*, no próximo dia 12, que deve inserir o estudo da biodiversidade do Tocantins no roteiro de investigação científica e tecnológica do país.

– Sem conhecer nossa biodiversidade, não poderemos reverter o quadro de exclusão social que afeta várias famílias – observou.

Além da presença do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, o senador peemedebista destacou a presença esperada do pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Luiz Antonio Barreto. Quintanilha ressaltou o trabalho da instituição, lembrando que a produção agropecuária brasileira merece elogios por sua competência e pelo empenho da Embrapa em fazer pesquisas de referência na área.

– É preciso fazer com que a pesquisa aplicada em Ciência e Tecnologia possa atuar nesse setor para gerar empregos, riqueza e melhorar a qualidade de vida da população – afirmou. Outro aspecto comentado por Quintanilha em seu discurso foi a aprovação da proposta de reforma da Previdência, que, se não chegou ao termo desejado, foi a possível de construir.

Pavan cobra internacionalização de aeroporto em Itajaí

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou promessa feita pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) de internacionalizar o Aeroporto de Navegantes, localizado no município de Itajaí e que serve às várias cidades da região.

– O governo não nos atende, fica nos enrolando. Já anunciei no meu estado a promessa de internacionalizar o Aeroporto de Navegantes e nada até agora – afirmou.

Pavan também comunicou o mais novo empreendimento do empresário Sérgio Murad, mais

conhecido como Beto Carrero. Ele disse que foi apresentado em Blumenau, no último dia 18, o projeto Rota Encantada, que pretende atrair 6 milhões de turistas por ano.

– A grande vantagem da proposta é permitir a participação de 28 cidades do litoral norte,

do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis, oferecendo grande variedade de atrações e serviços – afirmou.

O senador explicou que fazem parte da Rota Encantada praias, parques, cidades históricas e locais de interesse religioso, ecológico e cultural.



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa e Leomar Quintanilha